REFLEXÃO

DOSSIÊ

Hermenêuticas do feminino: fé, memória e narrativa

Editores
Ceci Maria Costa Baptista Mariani, Breno Martins Campos

Apoio
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES I) Protocolo 88887.830198/2023-00

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

Recebido
19 out. 2025

Versão final
16 jun. 2026

Aprovado
18 jun. 2026

Patriarcado e Cristianismo: caminhos comuns

Patriarchy and Christianism: common paths

Marina de Oliveira **Lúcio**[1]

[1] Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Belo Horizonte, MG, Brasil. *E-mail*: <marinalucio.psi@gmail.com>.

Como citar este artigo: Lúcio, M. O. Patriarcado e Cristianismo: caminhos comuns. *Reflexão*, v. 51, e2617664, 2026. https://doi.org/10.24220/2447-6803v51a2026e2617664.

Resumo

O artigo presente, intitulado *Patriarcado e Cristianismo*: *caminhos comuns*, analisa as inter-relações históricas e culturais entre sistema patriarcal e cristianismo. A partir da hipótese de um fortalecimento mútuo entre sistema patriarcal e cristianismo no decorrer da história, sustentando e sendo sustentados por uma estrutura dominante masculina naturalizada. Com base em autores como Saffioti (2004), Ruether (1992), Bourdieu (2022) e Pui-Lan (2015), o estudo aponta o patriarcado enquanto sistema social que estrutura hierarquias de poder, controle e dominação. Por meio de análise bibliográfica de trabalhos concernentes aos temas do poder, patriarcado, cristianismo e mulheres, o texto evidencia que, embora tenha surgido como uma religião de resistência, a cristandade herdou tradições patriarcais de culturas outras, o que cristalizou uma cosmovisão transcendental e hierárquica. A teologia cristã reforçou historicamente a desigualdade de gênero, associando o feminino à natureza e ao pecado e o masculino à razão e ao divino. Vê-se que o patriarcado, fruto de sociedades da época do desenvolvimento e estabelecimento da agricultura, foi basilar para as culturas que influenciaram o cristianismo e segue ativo nas religiões cristãs. Então, o cristianismo, ao perpetuar valores e estruturas patriarcais, naturaliza a dominação masculina como expressão simbólica, política e espiritual de poder.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Gênero. Hegemonia. Historização. Teologia feminista.

Abstract

This article, entitled Patriarchy and Christianity: common paths, analyzes the historical and cultural interrelationships between the patriarchal system and Christianity. From the hypothesis that they have mutually strengthened each other throughout history, sustaining and being sustained by a naturalized male-dominated structure. Based on authors such as Saffioti (2004), Ruether (1992), Bourdieu (2022), and Pui-Lan (2015), the study points to patriarchy as a social system that structures hierarchies of power, control, and domination. Through a bibliographic analysis of works concerning the themes of power, patriarchy, Christianity, and women, the text shows that, although it emerged as a religion of resistance, Christianity inherited patriarchal traditions from other cultures, which crystallized a transcendental and hierarchical worldview. Christian theology has historically reinforced gender inequality, associating the feminine with nature and sin and the masculine with reason and the divine. It can be seen that patriarchy, the result of societies at the time of the development and establishment of agriculture,

CC BY

was fundamental to the cultures that influenced Christianity and remains active in Christian religions. Thus, Christianity, by perpetuating patriarchal values and structures, naturalizes male domination as a symbolic, political, and spiritual expression of power.

***Keywords*:** *Ecofeminism. Gender. Hegemony. Historicization. Feminist theology.*

Introdução

O presente trabalho se delineou pela pergunta problema "qual é o ponto de convergência histórico-cultural entre patriarcado e cristianismo?" O objetivo geral consiste em investigar contextualmente as influências entre o sistema patriarcal e as religiões de ordem cristã, enquanto os objetivos específicos devem determinar o que se diz por patriarcado, contextualizar o advento e desenvolvimento do cristianismo como religiosidade dominante e apontar como tradições patriarcais ainda vigoram em religiões cristãs. As hipóteses levantadas previamente são que: 1) o sistema patriarcal contribuiu para o desenvolvimento da hegemonia cristã, 2) cristianismo contribuiu para o desenvolvimento da hegemonia patriarcal, 3) patriarcado e cristianismo se fortalecem reciprocamente e 4) a tradição patriarcal ainda vigora nas religiões cristãs, conferindo ao final do estudo se as hipóteses se confirmam ou não.

Diante de estudos prévios, percebe-se que não se esgota a necessidade de esmiuçar o tema que busca dialogar com as questões de gênero e religiosidade. O cristianismo está arraigado de princípios fortemente patriarcais e que foram garantidores do poder hegemônico como religião oficial de diversas regiões do mundo durante muito tempo, e mesmo depois da instituição da laicidade do Estado não deixou de exercer forte influência nos valores éticos e políticos das democracias. Por isso, é interessante traçar o histórico de influências mútuas entre sistema patriarcal da sociedade e cosmovisão cristã, levando em consideração que de modo geral este tipo de organização leva à marginalização e opressão de certos grupos em detrimento de outros que dominam as diferentes esferas da vida, levando em consideração etnia, sexualidade e gênero.

No que tange à compreensão do patriarcado, a base teórica se dá a partir de Saffioti (2004) e de Bourdieu (2022) para tratar do aspecto da dominação masculina existente no patriarcado e relacionado à estrutura do mundo cristão. Para adentrar a temática do cristianismo e seu enraizamento patriarcal, o aporte teórico conta com Pui-Lan (2015) e Ruether (1992).

Mecanismos de desistoricização e reificação das estruturas de poder, como as hierarquias sociais, diferenciações de gênero e outras ideias que sustentam a marginalização de certos grupos de pessoas que são produtos de relações históricas, mas aparecem como ordem natural ou até mesmo divina, atuam à serviço de manter uma dominação da divisão sexual da vida (Bourdieu, 2022). A desistoricização apaga a processualidade de como, por exemplo, no caso do patriarcado e do cristianismo, as estruturas simbólicas e institucionais da subordinação da mulher se desenvolveram gradualmente, contudo acabam por ser sacralizadas e eternizadas por um determinado discurso vigente. Ainda, a reificação é um processo que aliena os sujeitos dessa ordem, como se não houvesse agência individual e/ou coletiva nas relações, mas são essencialmente como aparecem e, por isso, há a necessidade de reinserção na história desses mecanismos, de seus agentes e suas vítimas.

Diante da busca pelos descritores "Patriarcado AND Cristianismo", foram encontrados apenas três artigos no Portal de Periódicos da CAPES, sendo apenas dois em língua portuguesa. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram encontrados 69 resultados. A partir das seguintes áreas de conhecimento do CNPq, foram localizados: oito em História, seis em Ciências Humanas, três em Ciências da Saúde, três em Letras, dois em Ciências Sociais Aplicadas, entre outros com menor volume. Foram selecionadas sete pesquisas a serem trabalhadas mediante

leitura exploratória e um trabalho foi utilizado após leitura sistemática. O que se consta, dentro desta delimitação, é que apesar de haver material sobre mulheres e cristianismo, a maior parte emerge diretamente da teologia e, de forma geral, questionar criticamente gênero, patriarcado e cristianismo ainda confere um campo pouco explorado.

O que é patriarcado

Entende-se que o patriarcado é um sistema de organização social que, historicamente, se configura em diferentes roupagens de acordo com os contextos e particularidades das comunidades. Não se restringe à esfera familiar, ocupando a sociedade de forma geral como um âmbito ontológico de violência e um dos elementos nucleares do patriarcado é o controle da sexualidade feminina para, teoricamente, assegurar a fidelidade matrimonial da mulher. Esse esquema se configura nos termos dos interesses masculinos, nos quais a mulher assume o papel simbólico enquanto instrumento de produção e reprodução social, como um signo fiduciário (Bourdieu, 2022).

Teorias feministas estudam o fenômeno do patriarcado como uma forma particular das relações de gênero, como denuncia Heleieth Saffioti, socióloga feminista brasileira com publicações potentes do final do século XX e início do século XXI sobre este respeito. Suas colocações mostram que nesse sistema o poder ocupa papel central, hierarquiza polos de potência e impotência entre sujeitos (Saffioti, 2004) com apoio no "contrato social", que instaurou historicamente diferentes níveis de liberdade para diferentes grupos, e no "contrato sexual" que cria uma história de sujeição (e dominação) das mulheres pelos homens. Ambos advêm de um contrato/pacto original: é social no sentido de patriarcal (direito político dos homens sobre as mulheres) e sexual no estabelecimento de acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres – meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno; é um contrato masculino, feito entre homens, cujo objeto são as mulheres (Saffioti, 2004). Essa questão perpassa meios privados e públicos e ocupa, dessa forma, todas as esferas da sociedade.

Rosemary Ruether foi uma ativista feminista e teóloga católica que desenvolveu estudos de suma contribuição para os campos da teologia feminista e ecofeminismo. Nesse sentido, seu livro *Gaia and God* (1992) apresenta um detalhado trabalho de estado da arte de antropologia e paleontologia a respeito da origem do patriarcado (e entrançamentos com o cristianismo). De forma geral, os pesquisadores parecem concordar que as transformações da sociedade partiram de um período pré-patriarcal, sem definição de como esse quadro se apresenta. Ao final do século XIX era popular a *ideia* de que o desenvolvimento humano contava com uma sociedade que progrediu de um estado inicial de promiscuidade para uma governança matriarcal e por fim o patriarcado, o que foi até mesmo incorporado pelo pensamento marxista (Ruether, 1992). Um matriarcado inicial, nessa hipótese, no entanto, é considerado um momento obscuro e imanente, ao contrário do patriarcado que representa evolução, na qual o espírito transcende e prevalece sobre a natureza. Além disso, ainda no século XIX, houve um movimento intenso de estudantes de anatomia para tentar encontrar no corpo feminino a justificativa do estatuto social de diferenças imposto, ampliando o discurso moralista e – consequentemente –, criando/impondo uma definição social das diferenças anatômicas (Bourdieu, 2022).

Preocupada com uma retomada do desenvolvimento histórico do patriarcado e do cristianismo, Ruether (1992) apresenta uma linha do tempo a partir de estudos de arqueólogas feministas que apontam a Era do Bronze (4500 a 2800 Antes da Era Comum [AEC]) como epítome do estabelecimento patriarcal a partir da cultura de pastores guerreiros advindos da estepe pôntica

(área atualmente ocupada pelo Leste Europeu) que violentamente invadiam comunidades até então igualitárias/sem hierarquias. As justificativas e interpretações que estas arqueólogas fizeram, porém, podem conter algum teor mitológico que coloca as evidências arqueológicas no lugar de evidências fracas para conhecer de fato a ordem política e social dessas sociedades.

Outros estudos, apresentados pela teóloga em sua pesquisa, se voltaram para a paleoantropologia e gênero e investigaram remanescentes de hominídeos e comportamentos de primatas (chimpanzés) para retomar os primeiros estágios de desenvolvimento do que vieram a ser os seres humanos e suas sociedades. Sobre isto, destaca que o âmago das organizações sociais dos chipanzés é matricêntrico, pois o vínculo social primordial é entre mãe e filho (Ruether, 1992). Por isso, haveria fortes evidências de que durante o período Neolítico (datando do início da agricultura por volta de 10000 AEC) as mulheres eram vistas com prestígio e como lideranças das comunidades nas vilas rurais. Pois enquanto as mulheres se encontravam ocupadas com a alimentação da prole e da comunidade, realizando as tarefas domésticas de coleta de alimentos e desenvolvimento de ferramentas para suas atividades, os homens saíam para caçar (Ruether, 1992). Presume-se, assim, que a divisão sexual do trabalho, inicialmente, não foi feita de tal maneira devido a uma questão de aptidão, até porque se tem registros de mulheres que caçavam de forma tão eficaz quanto os homens, mas sim por causa da necessidade de alimentação/amamentação dos bebês. A necessidade de estar constantemente com as mães, e, se comunicando por meio do choro, o que espantaria as caças parece ser mais coerente para tal diferenciação das tarefas (Saffioti, 2004).

Enquanto isso, para preencher o tempo ocioso durante a caçada, os homens acabaram por desenvolver sistemas simbólicos e ritos que fortaleciam os vínculos masculinos. O sociólogo, Pierre Bourdieu (2022) tratou do assunto como "ritos de instituição" aquilo que está institucionalizado e é, ao mesmo tempo, ato instituidor e que ocorrem continuamente na história. Sobrecarregados de conotações morais, geralmente inscritas na linguagem, são como ritos de passagem com caráter solene e extraordinário. "Os ritos de instituição realizam da forma mais insidiosa, sem dúvida, porém mais eficaz simbolicamente. Eles se inscrevem na série de operações de diferenciação [...]" (Bourdieu, 2022, p. 48). A partir dos ritos ocorre o destaque de determinados signos em determinados corpos, conforme a definição social das diferenças sexuais, bem como a convenção de determinadas práticas (estimulando ou desencorajando/proibindo).

Ainda que não tenham saído do status de hipóteses, fica evidente que as organizações enquanto sociedade de coleta e caça ou pastoralismo, mudam as ordens de habitação e migração das comunidades e dessa forma alternam a compreensão dos papéis simbólicos e sociais de homens e mulheres. Após a mudança de uma dieta mais vegetal para uma concentração na caça que extinguiu muitos mamíferos de porte grande, houve uma crise que intensificou a coleta de comidas antes ignoradas, como animais pequenos, peixes e frutos do mar, grãos e outros vegetais (Ruether, 1992). Nesse momento, ocorreu a domesticação da terra; as comunidades deixaram para trás o estilo de vida nômade e desenvolveram a agricultura, para isso demarcaram terras e tornaram os animais dessas terras propriedades igualmente privadas. As comunidades se fortaleceram em organizações sociais, que por sua vez tinham como vínculo principal a relação mãe e filho, dado que as mulheres são a fonte primária de alimentação (Ruether, 1992).

Entretanto, a relação de dominação causa uma inversão completa de causas e efeitos, assim para encobrir o que é natural e o que é naturalizado se aplica um sistema de relações de sentido totalmente independente das relações de força (Bourdieu, 2022). De alguma forma, ainda que vilas e fazendas neolíticas tinham na mulher uma figura de poder e prestígio, vistas como fonte e expressão primordial da força da vida, com a virilidade masculina dependente delas, no decorrer da

história também passaram a ser vistas como fonte de morte, o que gerava sentimentos ambivalentes em relação às mulheres (Ruether, 1992). Posteriormente, o pastoralismo fortaleceu e confirmou os padrões patriarcais da sociedade a partir da noção de propriedade; para manter a terra sob seu domínio era preciso que o vínculo central 'mãe e filho' fosse atrelado também à família paterna para que a prole legítima ajudasse na proteção e expansão da terra e na perpetuação da linhagem. As relações maritais serviram para subjugar as mulheres ao domínio masculino em favor da procriação. A dominação masculina também teve no arado um grande aliado. "Quando a agricultura de arado foi inventada [...] os homens foram capazes de redefinir tanto a terra quando seus produtos como pertencentes a eles" (Ruether, 1992, p. 164, tradução própria)[2].

Bourdieu (2022) ressalta a função simbólica do casamento. O matrimônio cria um mercado e este se configura um dispositivo central da ordem social patriarcal. Pela economia de trocas simbólicas e da construção social das relações de parentesco, ambos a partir do casamento, a mulher se torna objeto de troca cuja função é a reprodução, perpetuação e/ou aumento do capital simbólico dos homens (pelo dote, da prole, perpetuando a linhagem, e da vida doméstica).

O fenômeno reprodutivo observado nas mulheres em coerência com as reproduções na natureza, dos animais, portanto um fenômeno passível de controle, enfraqueceu os vínculos afetivos e relacionais entre homens e mulheres, as deslocando para a mesma esfera da natureza e os homens se viram no centro do universo, possuidores do poder de fertilizar e controlar a fertilidade das mulheres e da natureza (Saffioti, 2004). Ao mesmo passo, o sedentarismo expandiu a população e as diferenças de riquezas apareceram. A estratificação social entre assentamentos contribuiu para a existência de conflitos e rivalidade; para isso, as armas de caça passaram a ser utilizadas como armas de guerra, possuídas e controladas pelos homens.

Assim, a competição por recursos dentro e fora das sociedades levou aos processos iniciais da urbanização, mas também foram criados sistemas legais de controle social e da terra, que redefiniram, mais uma vez as relações de trabalho e de gênero. Leis instauradas entre 3000 e 500 AEC refletiam o código de Hammurabi, a lei Hebraica e os Códigos Atenianos de Sólon.

> Esses códigos definiram mulheres como estritamente subordinadas aos homens de suas famílias e aos da família de seus maridos. Dessa forma os padrões legais e sociais do patriarcado do mundo clássico foram construídos, baseados na hierarquia das aristocracias em detrimento do trabalho de servidão e escravidão, o controle da terra e de conhecimento pela primeira classe, e a subordinação das mulheres pelos homens dentro das aristocracias dominantes (Ruether, 1992, p. 165, tradução própria)[3].

Parece interessante que, nas sociedades matrilineares, nas quais as mulheres lideravam por controlar os recursos e contribuir de forma mais significativa para a sobrevivência do grupo, os homens eram considerados seus parceiros e auxiliares. Enquanto nas sociedades patriarcais, a partir do maior prestígio masculino advindo da importância da caça, eles eram caracterizados como poderosos e as mulheres suas submissas. Não ocorre em uma relação de cumplicidade, pois esta exige o consentimento, sendo uma relação díspar, de poderes diferentes (Saffioti, 2004), e é esta que determina as relações no patriarcado.

É possível pensar em uma vulnerabilidade psicossocial que contribui para esse intento de dominação patriarcal como resposta a períodos de sociedades com destaque matrilinear:

[2] No original: "When plow agriculture was invented [...] men were able to redefine both land and its products as belonging to them".

[3] No original: "These codes defined women as strictly subordinate to the males of their own family and to those of their husband's family. In this way the classical patriarchal legal and social patterns of the classical world were constructed, based on the hierarchy of aristocracies over serf and slave labor, their control of land and of knowledge, and the subordination of women to men within these ruling aristocracies".

a dificuldade em estabelecer a contribuição fundamental de homens adultos na sociedade (Ruether, 1992). Ou seja, enquanto o papel feminino se constrói primeiramente no processo de reprodução e manutenção da vida, da coleta de alimentos e alimentação dos outros, os papéis masculinos sempre precisam de manutenção na construção social, simbolicamente. Os homens são, naturalmente, auxiliares ao sustento dos processos da vida, mas sua participação é efêmera na produção e reprodução da vida, o que acusa uma instabilidade sobre seu lugar social, o que pode gerar insegurança, receio e rancor, conferindo à masculinidade uma negação hostil das mulheres (Ruether, 1992). Diante dessa hipótese, a dominação masculina aparece como tentativa sistemática da superação do fato de os homens não deterem o poder reprodutor – não são donos destes meios de reprodução (Bourdieu, 2022). Por um trabalho de inversão simbólica, então, os homens passam a ter o poder de intervenção descontínua e "extraordinária" no curso da vida (solene) e as mulheres são o local, o suporte, a ocasião (como a terra) determinadas e isso as leva a uma posição de negligência – seus hábitos são certos, rotineiros e contínuos, relegados ao espaço privado e fechado da casa (Bourdieu, 2022).

De certa forma, o mundo moderno ainda que patriarcal mantém o âmago da família como matricêntrico, esse é o modelo das famílias de classes mais pobres em sistemas industriais. Enquanto as mães e mulheres comandam e cuidam da casa e da família os homens, que são marginais em casa, são os trabalhadores (na vida pública) que possuem o controle financeiro e, portanto, também, o domínio sexual e físico sobre a mulher. O que se observa, é que conforme o poder econômico e aquisitivo dos homens aumenta essa necessidade de dominação também aumenta, passando a se provar poderoso em diversos setores e munidos de tecnologias (pós) industriais (Ruether, 1992). É patente que se deve olhar para os padrões de família, dos papéis de mãe e do trabalho doméstico como núcleo dos padrões de exploração e controle do patriarcado em toda a sociedade. Igualmente, é importante que a mulher não seja apenas mãe e que não esteja limitada ao lar, e dessa forma os homens também assumam o papel de pai e que ambos, sendo similarmente importantes na criação e geração da vida, compreendam seus papéis de igual valor.

Patriarcado é uma forma específica das relações de gênero, com base no controle (Saffioti, 2004) e que se baseia nas aparências biológicas e nos efeitos reais, de um longo "trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social" que produziu nos corpos e nas mentes uma inversão das relações entre causas e efeitos, tornando uma construção social naturalizada "como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa" (Bourdieu, 2022, p. 15).

Como se deu o mundo cristão

A tradição cristã emergiu da síntese do que se acreditava no antigo Oriente Próximo, na tradição hebraica e grega, além de aceitar a explicação cosmológica do *Timaeus*, história da criação e ordem do universo escrita por Platão em 400 AEC – essa explicação foi considerada científica durante a antiguidade clássica e a Idade Média (Ruether, 1992). Ou seja, a bíblia cristã é uma síntese e releitura de tradições e mitos pré-existentes ao cristianismo. Parte de uma herança do mundo sumério que inspirou a mitologia babilônica em 2000 AEC, que foi apropriada seletivamente, com a "correção" da história judaica pela bíblia hebraica e, por fim, se deu a bíblia cristã (Ruether, 1992).

É imprescindível ter em mente que essas histórias foram escritas por pessoas, contadas e documentadas por homens que estavam inseridos em contexto cultural, social e político específicos. Não obstante, a cada reinterpretação que dirigiu as crenças cristãs, o mito passou a se

adaptar, igualmente, aos contextos, como sentido de explicar as realidades. Inicialmente, Ruether (1992) conta que a criação do universo era vista a partir de uma ordem matriarcal e gestacional (por causa de como as sociedades primitivas se organizavam), depois esta ordem foi transformada (pelo desenvolvimento simbólico) e se tornou patriarcal, criacional, escravista e implementou a dualidade entre humano-divino, enfim o que se estabeleceu foi uma ordem, além de patriarcal, hierárquica, desigual e de servitude, baseada no transcendentalismo.

Em suma, o cristianismo deve sua origem direta ao judaísmo e é a religião dos seguidores de Jesus Cristo, o proselitismo cristão superou o povo judeu e se alastrou pelos povos diversos do Império Romano. Surgida na Palestina no século I Depois da Era Comum (DEC) como uma seita dentro do judaísmo, a religião cristã se deu devido ao anúncio da *Torá* (livro sagrado judaico) sobre a vinda de um Messias judeu. Assim, Jesus foi notado por seu estilo de liderança religiosa espirituoso e rebelde diante da dominação romana, período de perseguição do povo judeu, e logo foi considerado este Messias (Medeiros, 2012). Com o crescimento do cristianismo no decorrer do tempo, houve desavenças entre os seguidores de Cristo e os judeus, então passaram a traçar caminhos separados até constituírem duas religiões distintas e até mesmo rivais. Aparentemente, Jesus fazia parte de um movimento de renovação judaica, que ocorreu desde 200 AEC, até o primeiro século da Era Comum (EC) e a comunidade cristã original era composta pelos 12 apóstolos por ele eleitos, com fim de espalhar sua palavra. Uma vez instaurado o cristianismo, a igreja, por sua vez, se organizava por funções: os presbíteros deveriam dirigir as novas comunidades cristãs e os diáconos deveriam dar assistência aos pobres (Medeiros, 2012).

A crença em Jesus como líder e filho de Deus teve ensejo a partir de um longo processo: entre o século I antes da EC e a primeira metade do século I da EC, ocorreu uma agitação entre os judeus que esperavam a vinda do messias salvador, então, durante a vida de Jesus, este demonstrou poder religioso suficiente para se destacar e ser associado ao messias. No entanto, não foram todos os feitos esperados pelos judeus realizados (relacionados, especialmente, a revoluções políticas), e após sua morte passaram a buscar provas e fontes da divindade de Jesus Cristo, que, posteriormente, desencadeou a expansão territorial cristã rumo ao Ocidente dos apóstolos (Medeiros, 2012). A partir dos anos 70 e 90 da EC se passa a confiar na divinização de Jesus e apenas 30 anos depois é que essa imagem e o cristianismo foram consolidados a partir da implementação de elementos judaicos e gnósticos nesse discurso institucionalizado. Foi o trabalho de proselitismo dos apóstolos, discípulos e bispos, encantados pelo carisma de seu mestre, que criou a teologia cristã (Medeiros, 2012).

> A partir dos ensinamentos de Jesus, houve uma intensa produção intelectual sobre essa cativante, poderosa e eloquente figura, um judeu nascido de mãe virgem em Belém e criado na cidade de Nazaré, na Galileia, que conquistou multidões com seus feitos e sermões, mas que, no entanto, não demonstrou proselitismo naquele primeiro momento (Medeiros, 2012, p. 29).

O judaísmo, bem como o helenismo carregam raízes da postura ascética que dominou o cristianismo durante longo período de sua história e que ainda colhe seus frutos. Essas tradições tiveram um olhar pessimista para a capacidade das elites políticas e culturais masculinas de criar uma boa terra e um desejo de escapar a mortalidade da natureza e do corpo (Ruether, 1992). Muitas foram as tentativas de controlar essa mortalidade, essa natureza e esse corpo. O controle foi parte importante das sociedades desde o desenvolvimento da agricultura, dos seres humanos em relação à natureza, "o ser social à medida que se diferencia e se torna mais complexo, muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica quanto com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas" (Saffioti, 2004, p. 120).

Platão já considerava o corpo como um decaimento da alma, uma punição ou teste; a vida corpórea era apenas um momento de mortificação em preparação para a vida eterna e ser libertado do ciclo de reencarnação. Essa forma de pensamento era popular entre o final do primeiro século antes da EC e no primeiro século da EC, durante o Império Romano (Ruether, 1992). Nessa mesma época, o gnosticismo e o pensamento apocalíptico apresentam elementos sociais que vão contra o patriarcalismo e dominação imperialista. Nesse sentido, o cristianismo se moldou por estes dois sistemas de pensamentos, porém se desviou dos elementos mais radicais, de forma que continuasse as identificações hebraica e grega de cosmovisão transcendente e patriarcal. "A ordem social patriarcal era reafirmada como a 'ordem da criação', e as vítimas disso eram intimadas a se submeter pacientemente até que fossem liberadas pela morte" (Ruether, 1992, p. 185, tradução própria)[4].

O sistema de pensamento cristão se consolidou ao final do quarto século por filósofos como Santo Agostinho de Hipona, enquanto uma fusão de patriarcado, filosofia asceta e pensamento escatológico (Ruether, 1992). Assim, a hierarquia de gênero era vista como natural, refletindo a capacidade intelectual e moral inferior da mulher em detrimento dos homens, feitos à imagem e semelhança de Deus. A Igreja foi instaurada e justificada de utilizar poder militar e estatal afim de manter a ordem contra hereges. Essa foi a imagem cristã que moldou a cosmovisão dominante do mundo medieval latino e, nessa perspectiva, de fato, o colapso desse sistema era algo apocalíptico (Ruether, 1992).

Conhecendo que "a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça" (Bourdieu, 2022, p. 24), parece que o cristianismo – já arraigado do simbolismo patriarcal –, sempre se sustenta no lado mais conservador das ambiguidades de suas bases. Por exemplo, o ascetismo, ao mesmo tempo que é compreendido como uma recusa do corpo, da natureza e da terra, pode também passar pelo entendimento de ser uma rejeição da exploração e do excesso, a favor de uma vida simples, equilibrada e igualitária, de harmonia. Contudo se apoia na hostilidade com mulheres, sexualidade e corporeidade, com apenas um contentamento pelo mundo material enquanto se aguarda a vida póstuma.

A religião é como um sistema mítico-ritual que desempenha um papel equivalente ao campo jurídico nas sociedades diferenciadas, ele consagra e institucionaliza a ordem estabelecida, reconhecendo sua existência como oficial. Cria um estado objetivado do mundo social e incorpora este nos corpos individuais a partir de sistemas e forças simbólicas (Bourdieu, 2022). "A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente e [...] sem qualquer coação física" (Bourdieu, 2022, p. 69). São como predisposições colocadas nas zonas mais profundas dos corpos – esta é a eficácia simbólica presente na mensagem religiosa.

O cristianismo, então, tem suas origens em um movimento limitado de pessoas perseguidas pelo Império Romano, que forcejavam existir entre tradições religiosas divergentes (como as gregas, romanas e judaicas) como uma contracultura antiga (Pui-Lan, 2015). A perseguição cristã era frequente, pois, seus valores religiosos conflitavam com o poder social e imperial – é possível notar que formavam um grupo de pessoas oprimidas, uma minoria, que, posteriormente, saiu da marginalidade e, por sua vez, passou a oprimir e perseguir seus diferentes. Fica evidente como a religião, sempre foi um fato político e isso foi evidenciado pelo materialismo histórico. Após o século V e ao longo da Idade Média o axioma cristão central era "*extram ecclesiam, nulla salus*" (fora da Igreja não há salvação). Este se tornou "o ensinamento oficial, reiterado e ulteriormente desenvolvido por papas e concílios" (Pui-Lan, 2015, p. 14).

[4] No original: "The patriarchal social order was reaffirmed as the 'order of creation', and the victims of it were enjoined to patiently submit to it until they were released from its rule at death".

Durante o Iluminismo diversos filósofos (entre eles Immanuel Kant), defenderam a submissão de toda religião ao tribunal da razão universal. Dessa forma, as particularidades das tradições religiosas e das visões culturais alternativas ficaram obscurecidas, acarretando uma hegemonia europeia sobre as demais crenças e tradições (Pui-Lan, 2015). De uma ideia de pluralismo intoxicada pelo conservadorismo cristão, escondida pela lógica de "tolerância à diversidade", mas que se apresenta na forma de uma "tolerância repressiva", paulatinamente exclui culturas pelas normas e categorias ocidentais com uma carga de influência cristã, características do liberalismo ocidental (Pui-Lan, 2015). Como considera a teóloga Kwok Pui-Lan (2015, p. 20): "A religião é a designação criada para privatizar fortes convicções a fim de torná-las inofensivas, de modo que as presumidas democracias possam continuar a ter a ilusão de que florescem na diferença".

Onde se encontram o patriarcado e o cristianismo

Não foi o patriarcado que originou as relações entre diferentes gêneros, mas as relações entre homem e mulher funcionaram como precondições ao patriarcado e o que se pode tentar é realizar uma historiografia de como essas relações se deram ao longo da história (Saffioti, 2004). O mundo patriarcal foi moldado por impérios emergentes nos quatro últimos milênios antes da EC, quando a "história" e a escrita tiveram seus "inícios". As classes aristocratas de sacerdotes, nobres guerreiros, que controlavam a maior parte das terras e reinavam as famílias de plebeus e os escravos, já estavam firmemente estabelecidas (Ruether, 1992). Aqui, a escravidão foi uma instituição importante, pois fornece pano de fundo para a estrutura hierárquica herdada do mundo sumério (4.100 AEC a 1.750). Ainda, as mulheres nesse sistema tinham posições de poder real, porém apenas enquanto extensão do poder masculino (dos maridos, pais ou irmãos), elas eram dependentes (Ruether, 1992).

Na sociedade babilônica (1700 AEC a séc. 1500 AEC) as mulheres eram consideradas competentes administradoras e muitas vezes utilizavam de estratégias para burlar a perda da filha (e seu dote) para outra família, escapando do matrimônio (Ruether, 1992). No mundo israelense, apesar de metamorfoses políticas e econômicas, há marcas constantes de uma sociedade fortemente patriarcal de camponeses pastoralistas. Na cosmovisão hebraica, o ideal permanecia o de igualdade entre homens que formam a assembleia de Israel, no entanto, as mulheres eram mantidas às margens, não recebiam a *Torá* no monte Sinai e eram banidas para que homens pudessem receber Deus de forma pura. Sem autonomia as mulheres eram representadas pelos líderes homens da família (Ruether, 1992). A mitologia hebraica realiza uma supressão total da memória das potências femininas – por exemplo a história de que Eva surgiu da costela de Adão e não que a mulher gestou a vida, apaga até o papel da mãe como fonte da vida humana (Ruether, 1992). Ao contrário, é Deus Pai, a figura masculina, que cria tudo e cria o homem (ser masculino) em sua imagem e semelhança.

Se houvesse sinais de algum tipo de Deusa em outras culturas essas sofriam sincretismo e assimilavam os símbolos femininos alterando o gênero. Um fato é que o patriarcado sempre serve aos interesses dos grupos dominantes (Saffioti, 2004).

> No pensamento hebraico a linha entre divino e humano é mais rigidamente delineada, e hierarquia de gênero é utilizada para demarcar o reino divino e sagrado do reino humano e impuro, com o feminino representando ambas crueldade e impureza. Potência de procriação é negada às mulheres e à terra, sendo apropriada pelo poder divino masculino que fica fora e acima da terra. Esse Senhor divino

> também se apropria do poder da seca e da infertilidade como punição para quem procurasse por Ba'al como fonte de renovação para a fecundidade agrária (Ruether, 1992, p. 181, tradução própria)[5].

Na clássica Atenas, bem como na Mesopotâmia, ainda que existissem mitos que atestam um poder feminino, as culturas helênicas se constituíram a partir da antiga herança micênica, uma sociedade patriarcal de guerreiros da Era do Bronze tardia (1400 a 1000 AEC) com inspiração na cultura minuana do segundo milênio (Ruether, 1992). A sociedade minuana era, possivelmente, uma na qual as mulheres e os homens se viam como pares nas elites palaciais. Contudo, em 600 AEC, Atenas foi reorganizada legislativamente como uma sociedade masculina à comando de Sólon, um dos Sete Sábios da Grécia, com uma exclusão feminina explicita, na qual as mulheres foram proibidas de todos os direitos de cidadãs e consideradas como "de menor". As mulheres foram banidas para os fundos das casas em uma divisão estrita entre público e privado, apesar de as considerarem inferiores, ainda viam nelas uma potência de perigo de rebelião, ou simplesmente do diferente (Ruether, 1992).

Após a Guerra do Peloponeso (431 AEC a 404 AEC) houve uma fusão das culturas helênica e do Oriente Próximo em decorrência da incorporação da Grécia e do império Persa pela Macedônia de Alexandre, o Grande (durante os anos 300 AEC). Nesse período as mulheres apareciam como uma figura quase alienígena para os homens, representando as diversas alteridades, e esse foi o contexto social que moldou a visão de mundo dos filósofos da época, primeiro Platão e depois Aristóteles (Ruether, 1992). Como um esforço em compreender e incorporar essa alteridade evidente, foi considerada uma "cadeia dos seres", que se desenrola em uma linha de hierarquias entre seres inferiores até seres superiores e finalmente no divino imanente (o *Logos*) (Ruether, 1992). Essa filosofia platônica cria a relação de poder entre os seres, na qual os seres "superiores" podem dar continuidade de suas vontades sobre os/nos outros. Aristóteles, posteriormente, complementa que a mulher, então, não passa de um receptáculo da potência masculina, que por si própria é uma falha da matéria, faltosa de racionalidade, força moral e física (Ruether, 1992). Essa ideia de uma hierarquia ontológica como hierarquia social com níveis descendentes de racionalidade que preconiza alguns para o trabalho laboral e serviçal, enquanto outros para o trabalho intelectual, com direitos a liderar a sociedade, foi apropriada pelo cristianismo nos primeiros séculos depois da EC, isso influenciou muito do que se tornou a cultura ocidental e o mundo moderno.

O cristianismo ocidental confere uma cultura hegemônica que moldou e continua a moldar o resto do mundo, a partir da ideologia imperialista e neoimperialista – mesmo no mundo secularizado, há influência cristã na política, na moral, da educação, na ciência e na saúde (Ruether, 1992). Nesse sentido, o cristianismo é, então, uma grande expressão da cultura clássica que foi estabelecida entre 500 e 800 da EC, de onde foram herdados os sistemas de dominação bem como discursos naturalizantes das relações hierárquicas e das vontades de Deus.

Embora o cristianismo tenha sido um movimento contrário à ordem dominante, a abordagem de dominação masculina se manteve incorporada de modo profundo. Por outro lado, apresentou uma novidade quanto à ascensão de mulheres nas primeiras comunidades cristãs como líderes carismáticas, devido a uma certa posição de destaque na liturgia pela tradição gnóstica. O que, contudo, diante da possibilidade de funções eclesiais, foi bloqueado em concílios especialmente pelos bispos. Assim, "ao mesmo tempo em que reforçavam a sua preeminência, instituíam a

[5] No original: "In Hebrew thought the line between divine and human is more rigidly drawn, and gender hierarchy is used to demarcate the realm of the divine and the holy from the realm of the human and the unclean, with the female representing both the creaturely and the unclean. Procreational potency is denied to the female and to the earth and appropriated by a male divine power that stands above and outside the earth. This divine lord also appropriates the power of drought and infertility, using these to punish those who seek after Ba'al as the source of renewal of agricultural fecundity".

hierarquia eclesiástica e fixavam o que era canônico e ortodoxo em oposição ao que era apócrifo e herético" (Silva, 2007, p. 91).

O ascetismo cristão foi profundamente ambivalente em relação às mulheres (Ruether, 1992). O poder devocional à causa cristã e disposição prática à missiologia e do ascetismo eram contribuições de suma importância à religião. Enquanto pelo ascetismo as mulheres se viam livres de casamento e maternidade, sem serem subordinadas a uma família patriarcal, concentravam seu empenho em desviar da "maldição de Eva", e assim poderiam se restauram em pé de igualdade com os homens podendo agir ativamente na pregação e ministério cristão – elas eram comparadas a "espíritos masculinos". Contudo, a visão misógina não tardou a poluir essa imagem, apesar do esforço em reparar a 'debilidade natural' de seu espírito, houve uma tutela constante dos homens sobre as mulheres, mantendo as doutrinas e a segregação sexual da hierarquia episcopal (Ruether, 1992; Silva, 2007).

A disciplina sempre rígida exigia recato absoluto, então, embora sua importância para a salvação eclesial e elevação do próprio espírito, também era intenso o rigor da calúnia porventura de algum contato social, especialmente com homens (Silva, 2007). Volta, assim, a se perceber as mulheres como naturalmente sexuais, não apenas como fonte da vida, mas também como fonte da morte e do pecado (Ruether, 1992). A existência de diferenças anatômicas, porém passa por uma visão social ontologicamente desigual que prescreve uma naturalização da diferença biológica – um simbolismo lhes é atribuído, ao mesmo tempo de modo convencional e 'motivado'. Como um ciclo que conduz o pensamento às relações de dominação inscritas na objetividade e subjetividade simultaneamente enquanto evidência (Bourdieu, 2022). Assim, "a construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis" e converte "a arbitrariedade do nomos social em necessidade da natureza (physis)" em uma "consagração simbólica que dá fundamento quase objetivo a esse sistema e à crença [...] de que ele é objetivo" (Bourdieu, 2022, p. 29).

Antropologicamente, Geertz em *A Interpretação das culturas* (2008) mostra que a religião é, necessariamente, um sistema cultural, que institucionaliza o nível da espiritualidade a partir de um horizonte de sentidos que orienta modos de se viver e de perceber o mundo. Em um esquema sistemático, cria,

> (1) um sistema de símbolos que
> (2) atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da
> (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e
> (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que
> (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (Geertz, 2008, p. 67).

Ou seja, a religião tem uma função cultural criadora e estruturadora de mundo, para além da experiência individual e comunitária, também projeta a função social da experiência, significando as concepções para além do real. Assim, dentro do ascetismo as mulheres foram gradativamente perdendo seus direitos e postos no ministério público, seu papel deveria ser de total servitude e obediência a Deus a partir do acatamento da autoridade eclesial masculina.

> Através da reprodução sexual vem a transmissão do pecado e da vida mortal e corruptível. A alma masculina desincorporada era o baluarte da "vida eterna" que deveria ser fortificado contra a mulher, a incorporação da vida mortal (Ruether, 1992, p. 189, tradução própria)[6].

[6] No original: "Through sexual reproduction comes the transmission of sin and mortal, corruptible life. The disembodied male soul was the bastion of "eternal life" that must be fortified against woman as the embodiment of mortal life".

Na Idade Média, essa hierarquia ascética entre Deus e natureza, entre alma e corpo, entre homem e mulher, foi elaborada como uma metáfora para as hierarquias feudais, eclesiásticas e domésticas. A terra e a esfera de ar ao redor eram repletas de espíritos demoníacos, tudo que renunciava a Cristo e que era selvagem era do reino do diabo, foi aí que determinaram que quem buscasse conhecimento na natureza e não em Deus (fora do controle da Igreja) estava em pacto com o diabo (Ruether, 1992). A natureza decaída e a geografia demoníaca recaiam principalmente sobre os corpos femininos, especialmente em anciãs. Inquisidores do período da Baixa Idade Média (1500 a 1700 DEC) divulgaram e promoveram a ideia de que as mulheres eram por natureza hostis à fé cristã, e supostamente é partindo dessa natureza que elas se tornam mais propensas à bruxaria, um mal do qual os homens estavam à salvo pela encarnação de Cristo como homem (Ruether, 1992).

Em verdade, a caça às bruxas foi o apogeu do controle social, cauterizando de forma profunda a divisão entre homens e mulheres, nisso faz reconhecer a demanda da dominação masculina frente a um certo receio do poder das mulheres como reprodutoras de pessoas e sociedade, mas também de suas práticas e conhecimentos indisciplinados, instrumentos da insubordinação. Foi em 1532 que o rei católico Carlos V promulgou o *Constitutio Criminalis Carolina*, que estabeleceu a pena de morte pela bruxaria, outros aparelhos legais foram criados posteriormente para desenhar essa guerra (Federici, 2017). Os mecanismos de perseguição mostram que esse não foi um processo espontâneo, muito menos natural ou determinado, mas que "a caça às bruxas requeria uma vasta organização e administração oficial" (Federici, 2017, p. 298). Com o ápice entre 1580 e 1630, esse episódio misógino representa uma iniciativa política importante, mas que pegou emprestado o arcabouço metafísico e ideológico da Igreja Católica, a qual, também, estimulou a perseguição bem como dos hereges anteriormente (Federici, 2017). A dominação feminina se deu por discursos culturais, políticos e religiosos, mas não só por um ou outro.

Ainda que o termo gênero tenha sido cunhado pela primeira vez por Robert Stoller em 1968, e sido amplamente utilizado e divulgado (por estudos de gênero e perspectivas de gênero) a partir do uso deste por Gayle Rubin em artigo de 1975 (Saffioti, 2004), nesse momento histórico já é nítido que a sexualidade biológica é transformada socialmente pela atividade humana. O que o sistema sexo/gênero (o de Stoller e Rubin) faz é constituir uma gramática que torna visíveis os mecanismos sexuais transformados. Rubin (*apud* Saffioti, 2004) pontua que o conceito de sistema gênero/sexo é neutro e serve aos interesses e poderes econômicos e sociais de cada contexto.

A perseguição de mulheres pela caça às bruxas foi foco principal na guerra contra a não-cristandade, em especial, nas regiões onde Estado e Igreja se interseccionaram no pós-Reforma, nos quais "um ramo do poder legislava e executava, e a ideologia religiosa revelava abertamente suas conotações políticas" (Federici, 2017, p. 303). Posteriormente, a Reforma Calvinista radicalizou a compreensão separada e dualista entre Deus e natureza, e além de manter, reforçou a categoria demoníaca do mundo, o qual encontrava nas mulheres um portal do diabo para o mundo dos cristãos (Ruether, 1992). Os calvinistas se tornaram os maiores caçadores de bruxas e inquisidores, além de serem importantes formuladores de compreensões atualizadas do patriarcado pela Igreja e pelo Estado a partir da ideologia puritana. Fato é que, mesmo em guerras entre si, as nações católicas e as nações protestantes foram cúmplices na perseguição das mulheres (Federici, 2017).

Fica patente que o patriarcado se baseia no controle e no medo em uma disputa pelo poder (Saffioti, 2004). O controle é o valor central dessa organização pilar da sociedade e as religiões estão inteiramente perpassadas pela estrutura do poder patriarcal. É preciso entender o patriarcado como corporificação de uma ideologia, sendo que as ideologias permeiam a materialidade e, por meio desta, criam uma relação de dominação (dominação-subordinação/dominante-dominado)

(Saffioti, 2004). De fato, nessa história a mulher nunca chega a ocupar papel de indivíduo, pois está sempre em condição de subordinada, como um ser inferior e de menos direitos, portanto ela também não atinge o papel pleno de cidadã - na sociedade burguesa isso é relevante pois tem suas bases no individualismo quase radical. A paternidade sobrevale e orienta, inclusive, a maternidade, e dessa forma o patriarcado já se estabelece na relação entre marido e mulher à priori da paternidade de fato existir (Saffioti, 2004).

A caça às bruxas é uma imagem radical da união entre esferas supostamente diversas pelo projeto do sistema patriarcal. Como apresenta extensivamente em Calibã e a Bruxa, Silvia Federici mostra que meio às transformações sociais e culturais que conduzem o fluxo da história, vê-se nessa guerra contra as mulheres o ataque a práticas anteriormente normais, aceitas por grupos de indivíduos que, para estabilizar uma nova norma, deveriam ser erradicados. As bruxas eram mulheres resistentes, foram símbolos como,

> Instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino – que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (Federici, 2017, p. 305).

A recuperação histórica dos mecanismos que sustentam esse sistema e instituições que continuam a ideologia de submissão a partir do gênero, mostra uma submissão paradoxal, pois sobrevive ao conhecimento racional e prático de si mesma. Como resultado de violências simbólicas sistemáticas, pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento – do desconhecimento, reconhecimento e do sentimento –, se cria a ideia naturalizada e reificada da hierarquia já como *habitus*, automatizada. (Bourdieu, 2022).

Considerações Finais

Pode-se postular que o patriarcado é uma forma de expressão do poder político que, por meio de um direito político particular dos homens pelo fato de serem homens, institucionaliza uma diferença sexual como diferença política. É uma dominação masculina naturalizada – se trata de uma relação civil, que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, configurando um tipo hierárquico de relação com base material, corporificado, representando, então, uma estrutura de poder ideológica e violenta (Saffioti, 2004). Entretanto, aparece de modo naturalizado, como se estivesse à parte dos processos históricos e culturais, como se não fosse construído por sujeitos sociais.

Por isso, retomar o processo histórico do patriarcado expõe suas raízes. Desde uma origem nas sociedades de caça e coleta, até então sem atribuição de valores às diferentes atividades e aos diferentes sexos. Apesar de serem sociedades que seguiam uma lógica de divisão sexual do trabalho, as atividades das mulheres eram tão valorizadas quanto as dos homens e menos perenes também; as tarefas de coleta e as tarefas domésticas eram constantes enquanto a caça não seguia o mesmo ritmo. Esse tempo de ócio entre caças dos homens se configurou como momento de exercício da criatividade de sistemas simbólicos, cada vez mais significativos, que findaram em alterar radicalmente suas posições sociais e de suas parceiras, que antes eram compreendidas como seres poderosos graças à capacidade de gerar vida. Foi um processo lento dado à forte resistência

entre as mulheres, se instaurando gradualmente entre os anos 3100 e 600 AEC. O sistema patriarcal é recente na história do mundo e das civilizações, sendo sucessor de sociedades igualitárias.

É possível notar que, ainda que no Oriente Próximo antigo a consciência cultural mantivesse o senso de poder feminino como fundamental para a vida do cosmos e da sociedade, esse poder aparece cada vez mais domesticado. No entanto, o que se nota é que as análises e pesquisas sobre mulheres na história antiga são escassas e rudimentares, já que por muito tempo os homens ocuparam como protagonistas o campo de estudo e, por sua vez, não demonstraram interesse com o papel das mulheres, pensavam a partir da universalidade androcêntrica de forma que escreviam a história que mantinha o *status quo*.

É possível concluir que o patriarcado foi basilar no desenvolvimento das culturas que antecederam o cristianismo e dessa forma também foi e continua sendo basilar nas religiões cristãs. Concomitantemente, o cristianismo perpetuou mecanismos naturalizantes da ordem hierárquica e de dominação masculina sobre as mulheres e a natureza, configurando um teor transcendental e divino ao sistema patriarcal. Essa visão corrobora positivamente com as hipóteses levantadas inicialmente, e apresenta a necessidade de estudos mais aprofundados a respeito da herança destas tradições no cristianismo contemporâneo.

Referências

Bourdieu, P. *Dominação Masculina*: a condição feminina e a violência simbólica. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

Federici, S. *Calibã e a Bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

Geertz, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Medeiros, E. B. *Ser cristão no século IV*: identidade na História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

Pui-Lan, K. *Globalização, gênero e construção da paz*. Paulus: São Paulo, 2015.

Ruether, R. R. *Gaia and God*: an ecofeminist theology of earth healing. New York: HarperCollins Publishers, 1992.

Saffioti, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Silva, G. V. da. Ascetismo, Gênero e Poder no Baixo Império Romano: Paládio de Helenópolis e o status das Devotas Cristãs. *História*, v. 26, n. 1, p. 82-97, 2007.